



ACÓRDÃO Nº1163/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12266/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Silvano Menezes Rodrigues (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8446, Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - OAB/AM 8243 e Ayanne Fernandes Silva - OAB/AM 10351.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1811/2023-MP/RCKS, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Recomendação. Determinação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, sob a responsabilidade do **Sr. Silvano Menezes Rodrigues**, Presidente do Poder Legislativo da referida municipalidade, no exercício de 2021, nos termos do art. 71, I, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, "a" c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, § 1º, II, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº1163/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.2. Dar quitação ao Sr. **Silvano Menezes Rodrigues**, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Boa Vista do Ramos, no exercício de 2021, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2.423/96, c/c art. 189, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.3. Recomendar ao órgão de origem (**Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos**) na pessoa do Sr. **Silvano Menezes Rodrigues** na qualidade de Presidente do Poder Legislativo da referida municipalidade que, atente com mais rigor, ao cumprimento da legislação e praxe administrativa referente aos seguintes pontos:

10.3.1. Implantação de controle de almoxarifado, nos termos do com o art. 37, da CF/88 e arts. 94, 95 e 96 da Lei n. 4.320/64;

10.3.2. Em futuras Prestações de Contas, encaminhar a esta Corte de Contas, o balanço geral e documentos a serem auditados/fiscalizados no prazo estabelecido no artigo 20, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 c/c o art.29, da Lei n.º 2.423/96 e art. 1º da Resolução nº 06/2009;

10.3.3. Atentar, com rigor, para o cumprimento dos prazos de remessa e publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, via Sistema e-Contas-GEFIS, em atenção aos normativos que disciplinam a matéria;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno, que officie ao Responsável sobre o teor do Acórdão, acompanhando cópia do Relatório-voto para conhecimento;

10.5. Arquivar o processo, após o cumprimento de todas as formalidades legais;

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Junho de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1163/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral